

# “Jumbo” fechado! Brasil já parte para outra

O ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, admitiu, oficialmente, que a partir de 1º de fevereiro, em Zurique, já começa a terceira fase de negociação da dívida externa brasileira (fechamento do balanço de 1984 e renegociação dos juros), que estava pendente do fechamento do empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões, necessário ao fechamento das contas de 83 e que será assinado na próxima sexta-feira, depois de quase cinco meses de negociações.

Galvêas segue hoje para Nova Iorque, onde manterá contatos com os banqueiros credores do Brasil, permanecendo até sexta-feira, quando assina o jumbo, junto com o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. O ministro Delfim Netto, do Planejamento, que desde o meio da semana se encontra igualmente nos Estados Unidos, também estará presente. Foi após a chegada de Delfim a nova Iorque que o representante do City Bank, William Rhodes, responsável pela administração da dívida brasileira, e Pastore anunciaram a nova data — definitiva — para assinatura

do jumbo. Mas, a assessoria de Delfim fez questão de salientar que o ministro não foi participar das negociações de fechamento do empréstimo e vai continuar nos Estados Unidos apenas para acompanhar as conversações finais.

De Nova Iorque, Delfim Netto está viajando para Washington, onde “vai reunir-se com as diretorias do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, já examinando o programa de desembolso dos financiamentos a projetos brasileiros para o ano fiscal de 1984/85”.

Paralelamente, a assessoria do ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, anunciou que na terça-feira ele vai se encontrar com o presidente do FMI, Jacques de Larosière, e com representantes do Banco Mundial, prolongando-se as negociações até a assinatura do jumbo, na sexta-feira. Depois, Galvêas viaja para a Europa — em Davos, na Suíça, participa de um seminário europeu de banqueiros, empresários e financeiros de todo o mundo, o que vai lhe per-

mitir reiniciar, então, os contatos com os meios econômico-financeiros europeus, visando a terceira fase das negociações da dívida externa brasileira.

Galvêas viaja depois para Oslo, capital da Noruega, onde prossegue encontros com banqueiros europeus credores do Brasil, estando prevista uma reunião sua com o ministro da Fazenda norueguês, Rolf Presthus e, possivelmente, um seu encontro de cortesia com os reis da Noruega. O ministro deve estar de volta ao Brasil no dia 6 de fevereiro, depois de 16 dias de ausência do País, com uma definição sumária do que o Brasil vai fazer em 1984 para administrar sua dívida externa e equacionar seu desenvolvimento já pensando em 1985. Aliás, isto foi dito pelo próprio ministro Delfim Netto antes de viajar para os Estados Unidos: sua presença, uma vez fechado o jumbo, seria iniciar contatos para um empréstimo “relâmpago” de US\$ 500 milhões, destinado a aliviar as contas de fevereiro e março.

## *Muda o comando das estatais*

Esta semana, o governo federal acabou de fechar o cerco às estatais. Na segunda-feira, dia 15, anunciou que a Secretaria Central de Controle Interno (SECIN), do Ministério do Planejamento, vai fiscalizar todas as obras em execução no País, em que se apliquem recursos fiscais. Na quarta-feira, o presidente Figueiredo assinou decreto (de número 89.309) transferindo para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional a competência de votar, em nome da União, nas assembleias das empresas estatais.

Todas as vezes que as estatais, autarquias, fundações (mesmo naquelas em que o governo é acionista minoritário) realizarem assembleias ordinárias, deverão comunicar à Procuradoria com 60 dias de antecedência. No caso de assembleias extraordinárias, o prazo é de 30 dias. Dentro destes prazos, os presidentes das empresas

são obrigados a encaminhar à Procuradoria um relatório sucinto e objetivo sobre as matérias incluídas na ordem do dia. A Procuradoria poderá, também, requisitar documentos, processos ou dossiês relativos às matérias constantes da ordem do dia, todas as vezes que achar necessário.

Determina ainda o decreto presidencial que, antes de preparar o voto da União nas assembleias, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional deverá ouvir, primeiro, pareceres da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (SEST), a respeito de assuntos relativos à fixação ou reajuste da remuneração de dirigentes; oportunidades dos aumentos de capital e das emissões de debêntures conversíveis ou não em ações; fixação de limites globais de dispêndios; e conveniência da alienação e oneração de bens.